



# DECLARAÇÃO DE HANÔVER

## de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI

*(versão traduzida do texto original em Inglês, de 11 de Fevereiro de 2000, pelo  
Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis – CIVITAS)*

### **A. PREÂMBULO**

Nós, 250 presidentes de municípios de 36 países europeus e regiões vizinhas, reunimo-nos na Conferência de Hanôver 2000 (Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis) de 9 a 12 de Fevereiro de 2000 para avaliar os progressos realizados no percurso das nossas cidades rumo à sustentabilidade, e para chegar a acordo na direcção a seguir na viragem do Século XXI.

Ao assinar a Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (Carta de Aalborg), as nossas autoridades locais comprometeram-se com a implementação da Agenda 21 Local, ou com outros processos de planeamento para o desenvolvimento sustentável, e aderiram à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis. A Campanha tem sido coordenada em conjunto pelo Conselho de Municípios e Regiões Europeias (CEMR), a Rede EC-Eurocidades, a Rede de Cidades Saudáveis da Organização Mundial da Saúde, o Conselho Internacional para as

Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) e pela Organização das Cidades Unidas (UTO), em cooperação com a Comissão Europeia e o seu Grupo de Peritos em Ambiente Urbano.

As 650 autoridades locais e regionais de 32 países de toda a Europa comprometeram-se com a sustentabilidade a nível local e com a Campanha ao assinarem a Carta de Aalborg. A população abrangida por todos os participantes da Campanha representa mais de 130 milhões de cidadãos europeus.

Tomámos o Plano de Acção de Lisboa como orientação e expressámos a necessidade de acção nas Declarações de Turku, Sofia, Sevilha e Haia. O progresso alcançado desde o lançamento da Campanha é considerável e conduziu a muitas alterações positivas nas nossas cidades. Os resultados obtidos encorajam o desenvolvimento de outras acções para fazer face aos muitos desafios que ainda enfrentamos.

## **B. PRINCÍPIOS E VALORES PARA A ACÇÃO A NÍVEL LOCAL RUMO À SUSTENTABILIDADE**

- B.1 Estamos unidos pela responsabilidade de garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras. Assim sendo, trabalhamos para proporcionar maior justiça e equidade social, reduzir a pobreza e exclusão social e melhorar a saúde e o ambiente em geral. Valorizamos e respeitamos as diferenças culturais, religiosas, de raça, de idade e de sexo, reconhecendo o seu contributo para a vitalidade social das cidades.
- B.2 Acreditamos que a economia – enquanto conjunto das actividades humanas que transformam os recursos naturais em bens e serviços e que visam satisfazer necessidades humanas e sociais – deve ser social e ecologicamente eficiente, evitando o consumo desnecessário de recursos não renováveis.
- B.3 Aceitamos a responsabilidade partilhada de conseguir um desenvolvimento sustentável. Queremos envolver os cidadãos e trabalhar em parceria com todos os níveis de governo e actores locais, incluindo ONG's, rumo a uma visão de futuro consensual.
- B.4 Partilhamos a crença de que um mundo em paz é uma condição prévia indispensável para uma sociedade sustentável.

## **C. LIDERANÇA DA CIDADE**

- C.1 Nós, presidentes de municípios, estamos empenhados no desenvolvimento de acções locais tendo em conta a nossa responsabilidade global. Pretendemos ser visionários na nossa liderança, corajosos perante os desafios e responsáveis nas nossas acções. Apenas desta forma podemos gerir as alterações que se adivinham a um ritmo sem precedentes. Tendo em conta as oportunidades, barreiras e desafios identificados nos anexos desta Declaração, acordámos nos seguintes compromissos.
- C.2 Apoiamos a integração Europeia de modo a alcançar coesão social e económica na Europa, aderindo simultaneamente a normas sociais e ambientais reconhecidas. Esta é uma condição necessária para atingir uma comunidade sustentável e uma sociedade pacífica. Assim sendo, acolhemos com agrado o alargamento da União Europeia e a parceria política entre a Europa e os países mediterrâneos.
- C.3 Enfrentamos vários desafios: pobreza e desemprego, condições de habitação e de trabalho inadequadas; poluição atmosférica e sonora; tráfego excessivo; degradação dos solos e dos habitats naturais e o esgotamento dos recursos hídricos. Reconhecemos o duplo desafio que enfrentam as cidades da Europa Central e de Leste que necessitam de ultrapassar problemas herdados do passado. A adopção cega de comportamentos apelativos, mas insustentáveis, deve ser evitada. O acesso desigual quer a recursos quer ao poder durante a fase de transição, aumentou as disparidades nas sociedades.
- C.4 Simultaneamente sentimo-nos responsáveis perante os nossos parceiros do Sul. Queremos reforçar a cooperação descentralizada com cidades nos países em vias de desenvolvimento e, em particular, na região mediterrânea.
- C.5 Queremos adoptar políticas locais que reduzam a "pegada ecológica" da nossa comunidade. Não desejamos que o nosso padrão de vida dependa da exploração de recursos humanos ou naturais noutras regiões. Avaliaremos qualquer acção dos nossos governos locais em função dos nossos objectivos de modo a evitar provocar danos ou transferir quaisquer fardos para gerações futuras.

- C.6 Identificámos como áreas chave da gestão urbana para a sustentabilidade e nas quais estamos prontos a intervir: a luta contra a exclusão social, o desemprego e a pobreza; o planeamento e gestão integrada do tecido urbano; o desenvolvimento compacto da cidade; a regeneração das áreas urbanas degradadas e a redução do ritmo de consumo de solo e de outros recursos naturais.
- C.7 Aproveitaremos as oportunidades emergentes ligadas a novas tecnologias e os conceitos inovadores ao nível de serviços, no sentido de tornar a aumentar a eficiência ecológica das nossas cidades. Estaremos conscientes do nosso poder de aquisição no mercado e usá-lo-emos para direccionar o desenvolvimento para melhores soluções sociais e ambientais.
- C.8 Estamos empenhados na introdução de indicadores para a sustentabilidade local, de acordo com os quais traçaremos metas, faremos a monitorização do progresso e reportaremos os resultados alcançados. Um conjunto de Indicadores Europeus Comuns acordados voluntariamente pode constituir uma ferramenta para comparar o progresso alcançado em cidades de toda a Europa.
- C.9 Estamos empenhados no estabelecimento e desenvolvimento de redes regionais para a promoção do desenvolvimento sustentável.
- C.10 Procuraremos prestar auxílio a cidades que se encontrem em circunstâncias de excepção, por exemplo na sequência de desastres naturais ou de guerras.
- C.11 Nós, presidentes de municípios, estamos prontos para enfrentar os desafios que se nos apresentam no caminho para o desenvolvimento sustentável e consideramos que as cidades são as unidades apropriadas para abordar os problemas de forma integrada. Assim sendo, em muitos países, os governos locais necessitam de ser reforçados e providos das responsabilidades e poderes adequados, bem como das correspondentes fontes de receitas. Os governos locais, por sua vez, devem adoptar novos esquemas de governo, trabalhando de forma mais democrática, participada e transparente, e lutar contra qualquer forma de corrupção.

## **D. O NOSSO APELO**

### **D.1 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS À COMUNIDADE INTERNACIONAL PARA:**

- (a) dar um apoio maior na implementação da Agenda 21 (o documento chave da Conferência da Terra, realizada em 1992 no Rio) e da Agenda Habitat (o documento chave da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Aglomerados Urbanos, realizada em 1997 em Istambul) em países que não estão ainda suficientemente empenhados no desenvolvimento sustentável,
- (b) parar o "dumping" laboral e ambiental incorporando em acordos de comércio internacional e multilateral normas sociais e ambientais, contribuindo assim para a redução da pobreza,
- (c) eliminar as dívidas externas de países terceiros, através de programas de redução da dívida,
- (d) encorajar maior autonomia do governo local e apoiar o desenvolvimento de políticas ambientais locais através de acordos multilaterais,
- (e) proporcionar fundos adequados para as organizações financeiras internacionais para o desenvolvimento sustentável; em particular, estabelecendo um fundo para o desenvolvimento urbano sustentável no âmbito do programa "Global Environmental Facility".

### **D.2 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS ÀS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS, EM PARTICULAR AO PARLAMENTO EUROPEU, O CONSELHO, E A COMISSÃO PARA:**

- (a) atribuírem maior prioridade ao desenvolvimento sustentável a nível local como base para uma sociedade europeia sustentável, e para atribuir uma responsabilidade clara pelos temas relacionados com o desenvolvimento sustentável urbano na estrutura da Comissão,

- (b) atribuírem prioridade à adopção de um quadro de cooperação para apoiar a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, proporcionando uma estrutura financeira mais generosa do que a proposta pela Comissão e estender a sua aplicabilidade a um maior número de países de regiões vizinhas,
- (c) incorporarem, de forma consistente, considerações sociais e ambientais nas políticas de mercado internas, legislação relevante, programas e sistemas de financiamento,
- (d) encorajarem e assegurarem maior autonomia ao governo local, em todos os países europeus, e respeitar o princípio da subsidiariedade em todas as acções da União Europeia,
- (e) desenvolverem, em conjunto com as associações e redes de governo locais, uma cultura de parcerias entre a Comissão Europeia por um lado, e as autoridades locais e as suas associações por outro, que reflecta o princípio da subsidiariedade,
- (f) só concederem subsídios e linhas de apoio, especialmente no âmbito do quadro dos Fundos Estruturais, às autoridades locais e regionais sob a condição de estarem a ser cumpridos critérios de sustentabilidade,
- (g) apoiarem de forma mais efectiva os esforços das autoridades locais dos países da Europa Central e de Leste, e também os países mediterrâneos não pertencentes à União Europeia para se adaptarem à legislação da União Europeia; estes esforços devem ser encorajados através da recompensa da iniciativa, da criatividade, da inovação e dos progressos na adaptação da legislação Comunitária,
- (h) cooperarem com os governos locais, regionais e nacionais mediante o estabelecimento de um quadro consistente de gestão para a sustentabilidade ambiental, a todos os níveis,
- (i) cooperarem e apoiarem a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, coordenada em parceria por associações e redes de autoridades locais em cooperação com a Comissão Europeia e o seu Grupo de Peritos em Ambiente Urbano,

- (j) introduzirem um imposto sobre a energia – e eliminar subsídios para o transporte aéreo – como ferramenta chave para interiorizar os custos sociais e económicos do uso da energia e para criar incentivos para o uso sustentável e eficiente da energia,
- (k) apoiarem a cooperação internacional a nível municipal e regional dirigida para a sustentabilidade e o intercâmbio de experiências relevantes,
- (l) apoiarem uma campanha publicitária apelativa sobre o desenvolvimento sustentável, a lançar nos meios de comunicação em cooperação com todos os grupos de interesse adequados,
- (m) apoiarem o âmbito local nos seus esforços de conformidade e implementação de legislação da União Europeia com impacto no desenvolvimento sustentável das cidades.

**D.3 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS AOS GOVERNOS NACIONAIS PARA:**

- (a) proporcionarem um enquadramento político de apoio ao desenvolvimento sustentável, e em particular, para apoiar a implementação da Agenda 21 e da Agenda Habitat em países que ainda não se comprometeram com o desenvolvimento sustentável
- (b) apoiarem Campanhas Nacionais para o desenvolvimento sustentável e a Agenda 21 Local
- (c) só concederem subsídios e linhas de apoio às autoridades locais e regionais, em particular nas áreas do desenvolvimento, regeneração urbana e transportes, nos casos em que estejam a ser cumpridos critérios de sustentabilidade
- (d) acordarem num imposto sobre a energia em toda a Europa, com excepção para as energias renováveis e para as instalações em que a geração de energia e calor se faça de forma combinada
- (e) reconhecerem as cidades e regiões como parceiros válidos para os projectos internacionais de desenvolvimento dirigidos para a sustentabilidade.

**D.4 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS AOS OUTROS RESPONSÁVEIS LOCAIS EM OUTRAS REGIÕES PARA:**

- (a) assinarem a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (Carta de Aalborg) aderindo desta forma à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis
- (b) se comprometerem com o desenvolvimento e implementação de planos de acção para a promoção da saúde e de planos de desenvolvimento sustentável (Agenda 21 Local) guiados, entre outros, pelo Plano de Acção de Lisboa
- (c) apoiarem esta "Declaração de Hanôver dos Líderes Municipais Europeus na viragem do Século XXI"
- (d) assumirem a responsabilidade pelo uso de recursos naturais e pela sua contabilização e introduzirem novos métodos e sistemas de gestão para a sustentabilidade local e para o desempenho ambiental, tais como o Balanço Ambiental e o EMAS
- (e) "manterem a sua própria casa em ordem" introduzindo políticas de aquisição de produtos e serviços ecológicos.

**D.5 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS A OUTROS GRUPOS DE INTERESSE NO PROCESSO DA AGENDA 21 LOCAL:**

- (a) para apoiarem a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis e as associações e redes que a coordenam
- (b) para se empenharem na Campanha e em actividades de sustentabilidade local
- (c) para promoverem a participação das suas cidades ou regiões na Campanha, caso ainda não tenham assinado a Carta de Aalborg
- (d) como institutos de educação/pesquisa para que forneçam informação e formação adequadas sobre a Agenda 21 Local a todos os actores do processo.



**D.6 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS AOS DECISORES NOS SECTORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS PARA :**

- (a) que compreendam que as perspectivas de crescimento dos seus lucros e os interesses dos accionistas podem ser colocados em perigo caso não esteja assegurado o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem-estar dos cidadãos, enquanto consumidores
- (b) participarem activamente nos processos da Agenda 21 local, contribuindo para a construção de comunidades sustentáveis
- (c) integrarem considerações ambientais, de saúde, de segurança e risco na estratégia das suas empresas
- (d) participarem no crescente mercado dos produtos e serviços sustentáveis, beneficiando das oportunidades que se apresentam a todos os que actuam primeiro nestes mercados.

Hanôver, 11 de Fevereiro de 2000